

Fábio Brasilino

Bem Jurídico Empresarial

**Função Social, Preservação da
Empresa e Proteção ao Patrimônio
Mínimo Empresarial**



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2020 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Aurélio Corrêa

- Data de fechamento: 24.09.2019

1160276

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

B831b

Brasilino, Fábio

Bem jurídico empresarial: função social, preservação da empresa e proteção ao patrimônio mínimo empresarial / Fábio Brasilino. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8731-2

1. Direito empresarial. 2. Empresas – Aspectos sociais. 3. Responsabilidade social da empresa.
I. Título. II. Série.

19-57751

CDU: 347.7

SUMÁRIO

1	CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO	1
1.1	Aplicação das normas constitucionais às relações privadas.....	1
1.1.1	Eficácia indireta ou mediata	6
1.1.2	Eficácia direta ou imediata.....	12
1.2	A pessoa como centro do ordenamento jurídico	19
1.2.1	A codificação e o papel da pessoa nas relações privadas: a perspectiva moderna.....	21
1.2.2	A personalização e o papel da pessoa nas relações privadas: a perspectiva contemporânea	24
1.3	A teoria do patrimônio mínimo	29
1.3.1	A vedação à doação universal	33
1.3.2	A inalienabilidade testamentária	35
1.3.3	O bem de família	37
1.3.4	O enfoque processual	42
1.4	A teoria do umbral de acesso ao Direito Privado e o Direito Privado como garantidor de acesso aos bens	44
1.4.1	O acesso ao trabalho	46
1.4.2	O acesso à justiça.....	49
1.4.3	O acesso das vítimas à reparação	51
1.4.4	O acesso à propriedade privada.....	52
1.4.5	O acesso aos bens públicos	53
1.4.6	O acesso ao mercado.....	53
1.4.7	O acesso ao discurso público-imprensa e indivíduo	54
1.4.8	O acesso à contratação.....	55
1.4.9	O acesso ao consumo.....	56
1.4.10	O acesso à saúde	58

2	EMPRESA E SUA FUNÇÃO SOCIAL.....	61
2.1	Da mercancia ao fenômeno jurídico da empresa.....	61
2.1.1	O Direito Mercantil.....	62
2.1.2	O Direito Comercial	65
2.1.3	O Direito Empresarial.....	68
2.2	A teoria jurídica da empresa	73
2.2.1	A teoria de Alberto Asquini.....	74
2.2.1.1	Perfil subjetivo	75
2.2.1.2	Perfil funcional	77
2.2.1.3	Perfil objetivo	78
2.2.1.4	Perfil corporativo	79
2.2.2	A teoria de Waldírio Bulgarelli	81
2.3	O novo Direito da Empresa e a incidência dos valores constitucionais nas relações empresariais	86
2.4	Bem jurídico empresarial e seus fundamentos constitucionais	88
2.4.1	Noção de bem	90
2.4.2	O conceito de bem jurídico	91
2.4.3	A disciplina dos bens no Código Civil	92
2.4.4	A evolução do conceito de bem jurídico e o bem jurídico empresarial	98
2.4.4.1	Os direitos difusos	100
2.4.4.2	Os direitos coletivos.....	101
2.4.4.3	Os direitos individuais homogêneos	102
2.5	Empresa como pessoa jurídica titular de direitos fundamentais	103
2.6	Função social da empresa como instrumento legitimador da proteção do patrimônio mínimo empresarial	105
2.6.1	Fundamentos jusfilosóficos	105
2.6.2	Fundamentos constitucionais.....	108
2.6.3	Fundamentos infraconstitucionais	113
2.6.4	Fundamentos doutrinário e jurisprudencial	115
2.6.5	Função social e preservação da empresa	118
3	PRESERVAÇÃO DA EMPRESA E DEFESA DO PATRIMÔNIO MÍNIMO EMPRESARIAL	123
3.1	Recuperação e preservação da empresa: o direito das empresas em crise	123

3.1.1	Contextualização histórica.....	124
3.1.2	A legislação atual e o enfoque na preservação da empresa...	128
3.2	A teoria da desconsideração da personalidade.....	142
3.2.1	Os efeitos da personalização.....	142
3.2.2	Contextualização histórica da teoria da desconsideração.....	145
3.2.3	A teoria e a sua positivação no ordenamento jurídico brasileiro.....	146
3.2.4	A evolução da teoria e a desconsideração da personalidade positiva.....	147
3.3	Aspectos processuais e patrimônio mínimo.....	151
3.4	Fraude contra credores e a preservação da empresa.....	157
3.4.1	Fraude contra credores no Direito Civil.....	158
3.4.2	Fraude contra credores, ação revocatória e o Direito Falimentar.....	161
3.5	A teoria do adimplemento substancial e a preservação da empresa.....	164
3.5.1	Noções gerais e principiológicas.....	164
3.5.2	Conceito de inadimplemento.....	167
3.5.3	A resolução do contrato em virtude de inadimplemento.....	170
3.5.4	A experiência estrangeira e o adimplemento substancial.....	172
3.5.5	O ordenamento jurídico brasileiro e o adimplemento substancial.....	176
3.5.6	Adimplemento substancial e o bem jurídico empresarial.....	181
	REFERÊNCIAS.....	185